



Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social  
Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana

## URBANIZAÇÃO EM BELÉM DO PARÁ: UMA ANÁLISE DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO DA VILA DA BARCA.

CRICYLA SILVA DA SILVA<sup>1</sup>  
DANIELE CRUZ BATISTA<sup>2</sup>  
DARIANY AGUIAR OLIVEIRA<sup>3</sup>  
ELIZANDRA QUEIROZ DE JESUS<sup>4</sup>

**RESUMO:** O artigo em questão tem como objetivo fazer uma reflexão sobre as implicações sócio ocupacionais do projeto de habitação e urbanização na vila barca, que está localizada próximo ao centro de Belém do Pará, onde moradores representam um mito de resistência ao ocuparem o local de palafitas, em condições precárias e lutam para permanecer no local, mesmo com os interesses do Estado em utilizar o espaço como mercadoria.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vila da Barca. Urbanização e segregação.

**ABSTRACT:** The article aims to reflect on the social and occupational implications of the housing and urbanization project in the village of Barca, which is located near the center of Belém do Pará, where residents represent a resistance myth when they occupy the site of stilts, in precarious conditions and struggle to remain in place, even with the interests of the state in using space as a commodity.

**KEYWORDS:** Vila da Barca. Urbanization and segregation.

### 1. INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por intuito uma análise sobre o projeto de urbanização e habitação da comunidade da Vila da Barca, localizada no bairro do Telégrafo, no centro da cidade de Belém do Pará, onde moradores representam um mito de resistência ao ocuparem o local mesmo em condições precárias, defendendo o direito de permanecer no local e evitando que o espaço se torne mercadoria para o grande capital. Iniciaremos a análise do Estado capitalista, de como se deu o processo de ocupação na Amazônia, posteriormente a ocupação da cidade de Belém, e como tal processo impactou na vida dos mais pobres, diante da expulsão dessa população para áreas afastadas ou em condições de difícil habitabilidade.

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Faculdade Integrada Brasil Amazônia. E-mail: <cricyla-silva@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Faculdade Integrada Brasil Amazônia.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Faculdade Integrada Brasil Amazônia.

<sup>4</sup> Estudante de Graduação, Faculdade Integrada Brasil Amazônia.

Alguns espaços em Belém surgiram de forma informal, com famílias que migravam para a capital do Estado em busca de melhores condições de vida e, geralmente, buscavam áreas, semelhantes as que habitavam anteriormente. Sabe-se também que a habitação insere-se num contexto de problemas urbanos, onde é crescente o número de pessoas afastadas do processo social, que se aglomeram em locais impróprios para moradias, sendo o caso dos moradores da Vila da Barca.

Diante dos fatos, inicialmente foi pensado pela Prefeitura de Belém, em parceria com o Governo Federal o Projeto Urbanístico e Habitacional, com a implementação de políticas públicas, visando à melhoria de vida da população residente na Vila da Barca. Porém, a perspectiva de transformação proposta inicialmente não foi alcançada, devido a não conclusão do Projeto, resultando em um grande número de famílias que ainda aguardam pelo remanejamento, para as novas moradias.

No que concerne ao processo de ocupação de Belém vivencia-se um processo de fragmentação e segregação em seu processo histórico, que culmina no crescimento de bolsões de pobreza de um lado e arranha-céus outro. Diante dessa disparidade, considerando os direitos sociais, sendo a moradia como um dos direitos fundamentais a todos os cidadãos, regulamentada na constituição federal de 1988.

## **2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE BELÉM DO PARÁ.**

O espaço urbano ao se constituir em objeto de planejamento, deve levar em consideração os interesses diversos, e na conjuntura capitalista tal pensamento se torna visível através da correlação de forças, que se expressa nas obras arquitetônicas, nos projetos de infraestrutura e nos projetos habitacionais que são concebidos para estruturar e planejar a vida dos sujeitos nesse espaços. Para Harvey (1996), “[...] a cidade tem que parecer como lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, para jogar ou consumir” (HARVEY, 1996, p. 55).

Por exemplo, o direito á cidade é um direito humano universal, mas que direito é este? Na atualidade, poucos usufruem, mesmo sendo assegurado pelo Estatuto da Cidade o “direito à cidade a todo cidadão”. O discurso do acesso democratizado à habitação, ao saneamento ambiental, ao esporte, ao lazer, à cultura, ao transporte público, ao trabalho, está na referida lei.

A constituição das cidades contemporâneas vem sendo historicamente marcada pela lógica segregadora, imanente ao modo de produção capitalista, seja através do embelezamento dos chamados centros urbanos, ou ainda pela política de ocupação e uso das terras. Com isso, o contingente de trabalhadores de baixa renda afasta-se das áreas centrais e desloca-se para áreas sem infraestrutura, ora próximas, ora distantes da maior concentração de equipamentos e serviços coletivos. O que visibiliza tal segregação é o fato destes espaços das cidades serem reconhecidos por periferias, áreas de baixadas, favelas, entre outras denominações.

Segundo Davis (2006), citando dados da UN-Habitat, a população das favelas cresce em torno de 25 milhões de pessoas a cada ano e as maiores taxas de urbanização são constatadas nos países pobres, que eram, ou ainda são, em sua maioria rural. O Fundo Monetário Internacional (FMI), que impôs os Planos de Ajuste Estrutural (PAEs) aos países do Terceiro Mundo, foram os responsáveis pelo boom da pobreza e pelo desemprego de 1 bilhão de pessoas, e um terço da mão de obra dos países do Sul no final dos anos 1990.

Ao contrário das cidades idealizadas pelos urbanistas, o mundo está, na verdade, sendo dominado pelas favelas e daqui a alguns poucos anos a maior parte da humanidade estará vivendo nas cidades. É importante frisar que para Davis (2006, p.41) favela é todo tipo de habitação precária, como: cortiços, moradias públicas de aluguel, pensões, hospedarias, ocupações, loteamentos clandestinos, campos de refugiados e até “moradores de rua”. Davis (2006, p.36) lembra ainda que “nem todos os pobres moram em favelas e nem todos os favelados são pobres”, porém não menciona como seriam as moradias de baixa renda dos não favelados.

A dinâmica do processo de urbanização no atual estágio da acumulação capitalista é um elemento essencial para a explicação dos problemas urbanos enfrentados nas cidades brasileiras, como por exemplo, a falta de moradia. Estes processos começaram a ter visibilidade a partir da expansão das metrópoles e aprofundou-se de forma mais radical em algumas regiões do mundo, e na Amazônia brasileira bem mais acentuado.

A Amazônia caracteriza-se em: a Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), Amazônia Oriental (Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso), e a Amazônia Continental (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa). Com a lei número 1.806 de 06/01/1953, pela utilização da terminologia *Amazônia Brasileira* para referenciar os Estados que compõem a Amazônia dentro da circunscrição nacional.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010), vivem nos Estados da Amazônia Legal 25.474.365 habitantes que corresponde a 13% da população nacional, com extensão territorial de 5 milhões de km<sup>2</sup>, que corresponde a 59% do território brasileiro. Abrange 773 municípios, população Indígena cerca de 400 mil pessoas, com 170 povos indígenas. Entre os Estados acima o Pará é o mais populoso com cerca de 7,5 milhões de habitantes.

A formação econômica, política e social do Brasil e da Amazônia, iniciada no século XVI, foi predominantemente marcada por um sistema econômico baseado no extrativismo, diante da sua grande extensão, sua biodiversidade e riquezas naturais e minerais, atraiu a ocupação e intervenção do Estado, assim como das empresas, favorecendo a implantação de grandes projetos, com o objetivo de atender grupos capitalistas que visam somente a exploração de suas riquezas naturais.

O processo exploratório das riquezas naturais influenciou fortemente as relações sociais, assim como a forma de desenvolvimento da região. Como consequência desse suposto desenvolvimento, ocorreu o alargamento das expressões da questão social, causando conflitos na região, atingindo a população do entorno obrigando-as a conviver com os impactos socioambientais causados pelos projetos. Além disso, os projetos econômicos não trouxeram em seu conjunto ações e políticas sociais destinadas às populações do entorno, agravando o problema da miséria e da pobreza.

De acordo com Becker (2001, p.140) a Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada, com 61% da população em 1996 vivendo em núcleos urbanos, apresentando ritmo de crescimento superior ao das demais regiões do país a partir de 1970, e uma desconcentração urbana, na medida em que cresceu a população não mais apenas nas capitais estaduais, mas nas cidades com menos de 100.000 habitantes.

Diversos autores enfatizam que o processo de urbanização foi intenso e que as cidades passaram a crescer rapidamente e que tinham na urbanização a estratégia para estimular o desenvolvimento do País. No entanto, tal processo não proporcionou investimentos na infraestrutura local e urbana, ficando as cidades deficientes de infraestrutura básica, (saneamento, moradia, etc.), carência de serviços sociais e médicos e emprego, “possuem fraca ou nenhuma infraestrutura, têm como base econômica o repasse de recursos públicos e, embora apresentem a estrutura de cidade, carecem de atividades econômicas caracterizadas como urbanas” (OLIVEIRA, 2006).

Belém do Grão Pará, capital do Pará, está localizada na confluência do Rio Guamá com a Baía do Guajará. E sua posição foi estrategicamente escolhida com objetivos militares em meados do século XVII, favorecendo suas atividades portuárias e servindo como entreposto comercial, para concentração de fluxos econômicos de uma rede urbana com as outras cidades e vilarejos ao longo da bacia fluvial do Amazonas (CORREA, 1987; PENTEADO, 1968; MOREIRA, 1966).

Diante de tais características geográficas, a estrutura do espaço urbano acabou sendo um desafio e uma constante luta devido às áreas alagadas. Já que sua ocupação se deu inicialmente por áreas ribeirinhas, pelas atividades realizadas na beira do rio.

Desde o período colonial a prevalência era a urbanização da área, desconsiderando as condições topográficas encontradas, o objetivo era secar, aterrar para urbanizar. Desse modo, verificou-se que o crescimento urbano de Belém se deu em torno de áreas alagadas. Assim, o processo de ocupação e urbanização, está relacionado à sua precária administração no seu próprio espaço, que por sua vez a área urbana resultou numa fragmentação e segregação no seu processo histórico, onde no século XVIII, por haver várias penetrações, o crescimento na cidade impulsionou a ocupação de espaços que tinham uma vulnerabilidade social grande (PENTEADO, 1968).

A cidade de Belém do Pará como as demais cidades brasileiras atreladas à economia de exportação, a partir da segunda metade do século XIX, sofreu os impactos gerados pelo boom da economia da borracha, traduzidos no crescimento populacional, no agravamento da insalubridade e na escassez habitacional, isto é, no agravamento dos problemas sociais. (SARGES, 2002, p. 185)

Com isso no século XIX, vários investimentos foram intensificados na cidade, com a finalidade de atender o conforto da burguesia comercial investido apenas material importado da Europa, ressalta-se também, o enriquecimento urbano para os serviços públicos, que a maior parte dos investimentos estava designada à iluminação da praça e em prédios, que beneficiava apenas para locais onde a burguesia do período da borracha se encontrava, possibilitando a continuidade da produção e comercialização da borracha, porém a população que se imigrava e trabalhava para a sustentação da elite da borracha, deu início a ocupação nos espaços. Diante disso, no século XX, Belém provocará o antagonismo, pois as famílias que não possuísem recursos financeiros eram obrigadas a ocupar locais impróprios e sem saneamento básico.

A Constituição Federal de 1988 trouxe um novo momento para as políticas urbanas, onde se destaca o artigo 182, que estabelece os princípios da função social da propriedade. Foi a partir da década de 2000 que se observou uma mudança mais expressiva nas áreas das políticas urbanas e habitacionais no país, através do Governo Lula, posteriormente em 10 de julho de 2001 é aprovado o Estatuto da Cidade Lei nº 10.257, fruto de uma conquista social, que prevê o plano diretor e instrumentos de gestão de uso do solo urbano. Em 1º de Janeiro de 2003, foi criado o Ministério das Cidades, convertido na Lei nº 10.683, de 28 de maio do mesmo ano. Em 2004, na busca pelo processo de democratização da gestão das políticas nacionais urbanas, foi realizada a primeira Conferência Nacional das Cidades.

Mas, foi em 2007 com a criação do PAC - Programa de Aceleração e Crescimento que trouxe a proposta de investimento em infraestrutura para estimular o setor produtivo ao mesmo tempo em que levaria benefícios sociais a todas as regiões brasileiras.

Portanto, segundo Lago (2000), evidencia-se a necessidade de um debate sobre o processo de segregação sócioespacial, tendo como objetivo analisar a lógica segregadora em que a cidade está submetida. O que se evidencia quando se discute a lógica segregadora das grandes metrópoles brasileiras é que o distanciamento físico não pode ser o fator único que justifique a segregação, já que além desse distanciamento, há a distancia social onde mesmo classes diferentes morando próximo, como acontece em muitas cidades-capitais de estados, como é o caso da Vila da Barca, não significa que o caráter segregador não exista, pelo contrário, muitas vezes é muito mais avassalador, tendo como justificativa o uso dos equipamentos públicos, muito utilizado pela classe média e apenas almejado por contingentes de trabalhadores.

### **3. HISTÓRICO DA VILA DA BARCA**

O processo de ocupação e urbanização de Belém se desenvolveu de maneira desordenada no espaço urbano, onde as pessoas migravam para a capital Belém, em busca de melhores condições de vida, o que causou um grande inchaço populacional. Porém, ao chegar à capital do estado do Pará se tinha um contexto totalmente diferente, a cidade estava em desenvolvimento, no auge da efervescência do

capitalismo, ao que ocasionou a população pobre a situação de vulnerabilidade, exclusão social e expulsão de suas áreas de moradia.

Para grupos sociais excluídos, as opções de morar incluem formas de habitação tais como a ocupação de cortiços, a favela, os conjuntos habitacionais e os loteamentos periféricos. Dentre esses elementos, a favela (ou baixada) é a forma espacial que melhor expressa às características de sub-habitações. (TRINDADE JÚNIOR, 1997. p. 112)

A ocupação da comunidade Vila da Barca, segundo Solange (2006), tem sua origem na primeira metade do século XX, em meados de 1930, quando a construção da estrada de ferro Belém-Bragança foi iniciada, bem como investimentos do estado na área portuária. Localiza-se no bairro do telégrafo, na cidade de Belém-PA, entre a Baía do Guajará e a Avenida Pedro Álvares Cabral, importante rota ao centro comercial da cidade.

O surgimento da ocupação da Vila da Barca, não se difere da realidade das ocupações desordenadas em Belém, onde inicialmente a população migrava para a capital e eram expulsos, pois o capital passa a construir espaços de mercadorias, como foi o caso da Avenida Doca de Souza Franco, resultando na expulsão de muitas famílias pela especulação imobiliária, e tiveram que migrar para uma área próxima da realidade que viviam. Assim, a Vila da Barca iniciou a sua ocupação, tendo em vista a necessidade dessas famílias que construíram suas casas ou palafitas num ambiente sem nenhuma condição de habitabilidade.

Ao passar dos anos, devido à falta de políticas públicas, o que eram 100 casas duplicaram, e até triplicaram num curto período de tempo, o que não se difere do Censo de 2010 apresentados pelo IBGE, onde traz como análise sobre as cidades que 97% das cidades com mais de 500 mil habitantes têm favelas, sendo que, nas cidades médias, elas se localizam em mais de 80% dos núcleos urbanos; são 83 milhões de habitantes que não são atendidos/as por sistemas de esgotos e 45 milhões de brasileiros/as que não têm acesso aos serviços de água potável.

Além disso, 37 milhões de pessoas, moradoras dos centros urbanos, não conseguem acessar o transporte público, por não poderem pagar o alto custo das tarifas, enfrentando um serviço precário (Censo demográfico. Aglomerações subnormais, 2010 apud Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão, 2016).

Importante destacar que a comunidade da Vila da Barca, não é habitada somente por habitações denominadas palafitas, ou casas de madeiras, que em sua maioria estão na parte da margem da Baía do Guajará, onde esses moradores estão

submetidos a enchentes da maré, há no ceio da comunidade casas que estão localizadas em espaços denominados “área seca”, onde segundo SILVA (2007) é a área que está próxima a Av. Pedro Álvares Cabral, principal avenida que liga diversos bairros ao centro de Belém, o Posto de Saúde da Vila da Barca, a Associação dos moradores e residências de alvenaria, muitas com dois pavimentos e com renda superior a 3 salários mínimos.

É importante ressaltar que muitas notícias propagadas pelos meios de comunicação em geral, no que se refere à comunidade da Vila da Barca, geralmente referenciam como um local insalubre, de alto nível de periculosidade, de esconderijos de marginais, de extrema pobreza assim por diante. Porém, naquele espaço a trabalhadoras e trabalhadores que no cotidiano lutam pela sobrevivência, lutam pela garantia dos seus direitos, lutam por uma cidade melhor, por um espaço melhor pra viver.

Ao conhecer a Vila da Barca, percebe-se o total descaso e abandono por parte do poder público, se desmitifica a ideia de um ambiente violento, com tantos problemas, tendo em vista a história de vida das pessoas que até hoje constroem a Vila da Barca, com seus sonhos, com suas lutas e com resistências. Portanto, essa é uma barca que todos nós devemos apoiar.

### 3.1 O Projeto Urbanístico e Habitacional da Vila da Barca

Devido o cenário problemático que se arrasta há décadas, a atual política habitacional brasileira tem seguido a diretriz de intervir urbanisticamente em áreas de assentamentos precários através de ações de infraestrutura urbana e construção de moradias populares. A partir da criação do Ministério das Cidades em 2003, estados e municípios passaram a desenvolver e implementar projetos com recursos federais de acordo com a orientação nacional de manter a população originária no local da intervenção. A erradicação de palafitas é um dos pilares dessa política, como é observado nos documentos da Prefeitura Municipal de Belém:

A implementação do Programa de Erradicação de Palafitas do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, tem como objetivo principal a urbanização de áreas alagadas ou alagáveis e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da população residente nestas áreas [...] (BELÉM, 2004<sup>a</sup>, p. 5).



A partir da atual diretriz de intervenção da política habitacional brasileira, surge então o Projeto de urbanização e habitação da Vila da Barca, sua idealização deu-se no ano de 2000, tendo sua aprovação no ano de 2003. Foi proposto através da Prefeitura de Belém, em parceria com o governo federal em programas como “Morar Melhor”, “Palafita Zero” e “PAC” sendo a erradicação das palafitas uma das metas do programa de aceleração habitacional e crescimento, com a implementação de políticas públicas visando melhorias na qualidade de vida da população residente nesse espaço.

O referido projeto tinha como objetivo substituir as palafitas com a construção de 618 unidades habitacionais em alvenaria, aterramento, sistemas de esgotos, ruas pavimentadas, melhoria no abastecimento de água, iluminação pública, equipamentos comunitários e o projeto de trabalho social com as famílias.

O projeto é a primeira intervenção urbanística em 70 anos de existência do local e ele terá também um caráter social, com programas paralelos de geração de emprego e renda, educação ambiental.

Segundo o relatório técnico<sup>5</sup> o trabalho social desempenhará um papel muito importante no projeto da vila da Barca, pois trabalhará para amenizar os prováveis transtornos causados pelo processo de reassentamento, tendo como objetivo:

Contribuir no processo de construção da cidadania da população atendida direta e indiretamente, através de uma intervenção socioeducativa que possibilite o acesso aos mecanismos de participação e controle social, fomentando a formação de consciências sociais transformadoras. (PMB/SEHAB, 2004).

O projeto de urbanização da vila da barca foi desenvolvido em etapas. Na dissertação de mestrado formulada por SANTOS (2012, p. 81, 83) descreve:

**A primeira etapa**, denominada programa Morar Melhor, já foi concluída em 2007, com a entrega de 136 unidades habitacionais na área correspondente ao antigo curtume, que ficava entre a rua Nelson Ribeiro e a margem da Baía de Guajará.

**A segunda etapa**, que é denominada Programa Palafita Zero, tem como planejamento a construção de 92 unidades habitacionais. A referente etapa está dividida em três fases: a fase I, fase II e fase III. É voltada especialmente para a infraestrutura, tendo, como focos principais: as condições de habitabilidade, recuperação ambiental, regularização fundiária.

Essa etapa releva também como eixo temático voltado para o aspecto social, elementos como: a mobilização e organização sócio-política, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda.

**A terceira etapa**, que é denominada PAC, visa à construção de 406 unidades habitacionais. Ressalta a construção de pavimentação, esgoto, drenagem e equipamentos urbanos.

---

<sup>5</sup> Prefeitura Municipal de Belém/Secretária de Habitação, 2004.

É importante destacar que o projeto de Urbanização, em seu projeto, visa uma mudança nas condições estruturais de saneamento e habitação na vila da barca, porém, diante das visitas e acompanhamentos ao espaço observa-se que a obra está parada, posto que algumas unidades estão construídas e a maioria ainda não saiu do papel, o que vem prejudicado a população que espera viver em uma moradia digna em condições de habitabilidade.

Ressalta-se também as famílias que estão há mais de 3 anos no auxílio aluguel, residindo em locais pequenos e com muita dificuldade em permanecer em tais residências, o que vem provocando o retorno dessas famílias as palafitas, não em suas residências de origem, e sim construindo novas unidades habitacionais a beira da baía do Guajará. Tal fluxo está relacionado ao valor pago no auxílio moradia, que não segue o valor cobrado nos aluguéis no centro de Belém, o que também contribuiu para que famílias se afastem da sociabilidade do seu cotidiano na vila da barca e se desloquem para áreas afastadas em direção a região metropolitana.

Há muita ansiedade por parte dos moradores da Vila da Barca em relação ao Projeto de urbanização, tendo em vista as mudanças pela qual vão passar homens, mulheres, crianças e idosos, afinal, todos têm histórias para contar sobre o cotidiano nas palafitas. Porém, o que se percebe é que as famílias que já estão nas novas unidades, há mais de 7 anos, se posicionam de forma segregadora, quando citam as áreas de palafitas da Vila da Barca, indicando que ali é um espaço de muita violência e de insegurança, ao contrário da área urbanizada da Vila.

#### **4. CONCLUSÃO**

A constituição das cidades contemporâneas vem sendo historicamente marcada pela lógica segregadora, imanente ao modo de produção capitalista, seja através do embelezamento dos chamados centros urbanos, ou ainda pela política de ocupação e uso das terras. Com isso, o contingente de trabalhadores de baixa renda afasta-se das áreas centrais e desloca-se para áreas sem infraestrutura, ora próximas, ora distantes da maior concentração de equipamentos e serviços coletivos. O que visibiliza tal segregação é o fato destes espaços das cidades serem reconhecidos por periferias, áreas de baixadas, favelas, entre outras denominações.

Na constituição da cidade estão diferentes sujeitos em disputa e, entre estes, o Estado propondo planos urbanísticos baseados em modelos perfeitos de ordenamento para uma cidade sem contradições.

Contudo, ao ser exemplificado o planejamento das cidades, constata-se que a imagem de cidade ordenada, controlada e domesticável pelo seu planejamento, mudou gradualmente para uma imagem de ambiente perverso, indomável, tensionado social e politicamente.

No Brasil, nas últimas décadas do século XX, são verificados investimentos nas cidades, pautados na concepção de urbanismo com caráter embelezador, cuja preocupação central é com aspectos estéticos, pois constroem praças e avenidas, com o intuito de trazer novos investimentos, principalmente, para a “burguesia urbana” (SANCHEZ, 2001). São as chamadas “cidades modelos”, “imagens de marca” construídas pela ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades” (SANCHEZ, 2001, p.31).

Os problemas urbanos de caráter estrutural, aqui considerado, como expressões da “questão social” e, portanto, determinados pelas contradições imanentes ao modo de produção capitalista, são reproduzidos com intensidades variadas nas cidades brasileiras e amazônicas. Belém, capital do estado do Pará, após o grande ciclo econômico como o da borracha no final do século XIX e início do século XX, é impactada por intensos e agudos processos de segregação sócioespacial.

O processo de urbanização de Belém, como é o caso do projeto de urbanização da Vila da Barca, influenciado pelo modo de produção capitalista, resultou num processo de segregação, provocando mudanças significativas na vida diária, nos costumes dos indivíduos que residem na Vila da Barca, principalmente no sentido da segregação e perda dos direitos fundamentais, como é o caso da moradia.

A Vila da Barca trás a marca da resistência, de moradores que que construíram histórias de luta e de conquistas naquele espaço, e que trazem também o olhar ribeirinho bem no centro da cidade de Belém, constatado no olhar, no saudosismo e na relação de pertencimento que muitos tem com o rio.

A nossa relação com o rio é diário, digamos assim do rio que a maioria dos moradores tiram a sua alimentação, o seu sustento do dia, então eles vão pescar, pegar camarão, pegar peixe... eles vendem, compram farinha, o açáí, e compram o frango ou carne, quando querem trocar de alimentação, sendo que a alimentação típica nossa aqui da vila da barca é marisco, é peixe, camarão, caranguejo, então a

maioria, né! O açaí que é infalível! 90% se não tiver o açaí é mesmo que não ter comida. (A.J. Moradora da Vila da Barca)

Portanto, o processo de constituição do urbano em Belém, e especificamente na Vila da Barca, determinado por estas relações de produção, vem ao longo da história resultando na exacerbação de práticas segregativas e na mudança significativa de hábitos e modos de vida de grandes contingentes de trabalhadores que nela habitam principalmente na ausência de moradia a classe trabalhadora e no acirramento dos problemas urbanos.

## 5. REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha. Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários. **Revista Parcerias Estratégicas**, n. 12, p.135-159, set. 2001. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper05.pdf>.> Acesso: 02 maio 2018.
- BELÉM (Município). **Relatório Técnico do Trabalho Social da Vila da Barca**. Belém, 2004.
- BÉLEM (Município). Secretaria Municipal de Habitação. **Plano de Reassentamento**. Belém, 2004a.
- CENSO DEMOGRÁFICO. AGLOMERAÇÕES SUBNORMAIS, 2010. Apud **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão**. 5 Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. CFESS, 2016.
- CORRÊA, R.L A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 4, n. 3, p. 39-68, 1987.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Tradução Luís Octavio da Silva e Micaela Krumholz. **Espaço e Debates**: revista de estudos regionais e urbanos, ano 16, n. 39, 1996.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**. Síntese de Indicadores, 2010.
- LAGO, Luciana Corrêa do. A Lógica Segregadora na metrópole brasileira: Novas teses sobre antigos processos. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 53-86, jan./ jul. 2000.
- MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém, imprensa Universitária 1966. In: Obras Reunidas de Eidorfe Moreira, v.1; Belém: CEJUP, 1989.

OLIVEIRA, J. A. Amazônia: sociedades diversas espacialidades múltiplas. Hiléia - **Revista de Direito Ambiental da Amazônia**, Manaus, v. 2, p. 109-114, 2006.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém**: Estudo de Geografia Urbana. 1 v. Belém: UFPa, 1968.

SANCHEZ, Fernanda. A Reinvidicação das Cidades na Virada de século: Agentes, Estratégias e Escalas de Ação Política. **Revista de Sociologia Política**, n. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SANTOS, Viviane Corrêa. **Requalificação urbana da paisagem de várzea da Vila da Barca – Belém/Pará e suas consequências socioambientais**. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação, UFPa, Belém, 2012.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riqueza produzindo a belle-époque (1870-1912)** Belém Paka tatu, p. 185, 2002.

SILVA, Maria do Socorro Rocha. **Percepções e perspectivas dos sujeitos envolvidos no projeto de urbanização e habitação da Vila da Barca**. Trabalho de conclusão de Curso. Belém: UFPa, 2007.

SOUZA, Solange Silva. **Os caminhos da Urbanização da Vila da Barca** Belém:. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Programa de Pós-Graduação, UFPa, Belém, 2006.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPa, NAEA, 1997.